Resenha:

GRINBERG, Lucia. *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979***.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

Arena: partido do "sim, senhor"?

Cássio Augusto Samogin Almeida Guilherme*

É crescente na historiografia brasileira, o reconhecimento acerca da importância em se estudar a Direita. No entanto, são poucos os trabalhos neste sentido, sendo que os partidos de esquerda e os movimentos sociais de contestação são os objetos mais privilegiados. Quando o tema é o período de 1964-1985 então, a ênfase é maior na resistência ao regime de exceção, do que estudos de fôlego sobre o mesmo.

No ano de 2009, a editora Mauad X, com apoio da Faperj, lançou o interessante livro "Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena) 1965-1979", de Lucia Grinberg. Trata-se, na verdade, da adaptação de sua tese de doutorado defendida junto à Universidade Federal Fluminense no ano de 2004.

Em seu trabalho, Lucia Grinberg procura analisar determinados acontecimentos do regime, a partir da ótica dos políticos da Arena, apresentando assim uma relação mais complexa entre o partido e os militares, do que aquela que ficou marcada no imaginário coletivo, como o simples "partido do sim, senhor!". A riqueza de fontes possibilita ao trabalho traçar uma análise interessante sobre o partido político que deu sustentação ao regime.

A autora divide a história da Arena em três tempos com características distintas. O primeiro vai da fundação do partido, até a edição do AI-5; o segundo até as eleições de 1974 e o terceiro, até e extinção do partido com a reabertura política.

Segundo análise da autora, a memória construída nos anos 1990 sobre a Arena, é de que tratou-se de um partido de políticos "adesistas e totalmente subservientes ao Executivo" (pg.25), mas que, na

verdade, possuíam na década de 1960, um projeto político de fato. Esta desmoralização pode ser entendida como "uma grande dificuldade em reconhecer o apoio ao movimento de 1964 e ao regime civil-militar vigente durante vinte anos por parte da sociedade brasileira" (pg.36-37).

O capítulo segundo é onde se começa a trabalhar de fato as fontes primárias. De início, breves considerações sobre o tempo de conspiração pré-golpe de 1964, o contato entre udenistas e militares e os primeiros debates pós-golpe. Já no ano de 1964, havia rumores sobre uma reforma partidária e extinção dos partidos políticos. A derrota da UDN nas eleições do ano seguinte precipitaram a decretação do AI-2, que contou com o apoio da maioria dos políticos da sigla. O ponto alto do capítulo, no entanto, fica por conta da discussão sobre a invenção do bipartidarismo, bem como a criação da Arena.

Nele, podemos perceber que dirigentes tanto da UDN quanto do PSD fizeram manifestações contrárias, uma vez que poderia "ser o bipartidarismo impossível em quase todos os estados" (pg.63). Como solução, o Governo institui as sublegendas. Interessante é a análise gráfica que a autora faz sobre a filiação dos deputados federais de 1966 aos novos partidos. Enquanto a maioria da UDN migrou para a Arena, a maioria do PTB preferiu o MDB, e o PSD cindiu-se, mas com preferência ao partido governista. Assim, este novo partido possui um viés mais institucional, do que ideológico. No entanto, seus quadros são formados pela nata da UDN e do PSD, ou seja, políticos profissionais, experientes e já tradicionais, o que marca o seu caráter conservador.

Uma vez fundada a Arena, o terceiro capítulo trata justamente do que Lucia Grinberg chama de o primeiro tempo do partido. Entre os anos de 1966 e 1968, ou a edição do AI-5, é um tempo marcado por incertezas quanto ao futuro e atuação da entidade, bem como a precipitação das primeiras contendas com o governo. Tais contratempos têm comumente passados despercebidos pela historiografia dominante sobre o tema. Aqui está a grande contribuição deste trabalho.

O texto reconhece que a maioria arenista defendia o governo, mas traz alguns exemplos de dissidências e críticas de parlamentares. Em certos momentos, estas críticas faziam com que tais políticos se parecessem com os do MDB. O primeiro enfrentamento expressivo se dá no processo de cassação de parlamentares no ano de 1966. Posteriormente a elaboração por parte do Executivo, da Constituição de 1967 gerou algumas resistências de arenistas nos temas dos direitos e garantias individuais, eleições diretas e a proeminência do poder Executivo sobre o Legislativo, o que não impediu que a Arena votasse conforme pretendia o governo.

Continuando, o capítulo traz o debate sobre o fim da autonomia política das capitais e municípios considerados como área de segurança nacional. Políticos tanto da Arena quanto do MDB mostraram-se contrários a esta medida, uma vez que atingia o seu mercado eleitoral e a prática dos grupos locais. Também, há o caso da renúncia do senador Daniel Krieger

à presidência da Arena, sob o argumento de que o partido deveria participar mais das decisões do governo Costa e Silva, criticas estas corroboradas por outras lideranças.

Entretanto, o caso mais emblemático de enfrentamento por parte da Arena ao governo federal foi a votação contra o pedido de licença para processar o deputado Márcio Moreira Alves o que no entender da autora foi "uma demonstração de organização e de confronto com o Executivo através do instrumento por excelência dos parlamentares: o voto" (pg.128). No entanto, apesar da dissidência, muitos parlamentares argumentaram que "não se consideravam oposicionistas e não pretendiam filiar-se ao MDB" (pg.129).

O caso Márcio Moreira Alves e a posterior edição do AI-5 propiciaram o tempo que a autora considera de silencio e reorganização por parte da Arena, temas trabalhados no quarto capítulo do livro. Esta reorganização é conduzida pelo governo, que procurou "moldar o partido a seu favor" (pg.139), afastando políticos e cassando parlamentares da Arena. Quando da reabertura do Congresso Nacional, havia uma medida eficiente para controlar o partido: a fidelidade partidária, que previa a perda do mandato ao parlamentar que, por atitude ou voto, fosse contra as diretrizes da direção do partido, que estava nas mãos de políticos de confiança do Executivo. Este fato limitava a já pouca autonomia partidária. Nas palavras de Amaral Peixoto: "A Arena manda no Congresso e o governo manda na Arena" (pg.155-156).

A partir de 1969, a disputa entre parlamentares da Arena e o governo, atinge o comando dos diretórios regionais, bem como a eleição indireta para governador. Neste mesmo período, a direção da Arena "se destacou na condenação das instituições liberais, argumentando na defesa do AI-5 e do regime autoritário" (pg.170), além de negar a tortura ou então minimizá-la e fazer uma defesa feroz do governo Médici. Em contrapartida, outros arenistas continuavam na defesa do formalismo jurídico e articulavam uma saída liberal para o regime, bem como a criação de um terceiro partido.

É no quinto capítulo que a autora trabalha o último período de existência da Arena, entre 1974-79, tempo da reabertura política. Podemos observar o debate dentro do partido e do governo, sobre o significado das eleições de 1974. A relação da Arena com o presidente Geisel também foi um período conturbado. Há a busca por participação do partido no governo que muitas vezes o desprestigiava e que chegou inclusive a fechar o Congresso, para embaraço dos arenistas, mas em outras ocasiões, tratava a Arena como parte do Executivo.

Quando da discussão sobre a reforma política, partidária, fim do AI-5 e concessão de anistia, também podemos observar a diversidade de opiniões existentes dentro da Arena. O ponto alto deste capítulo é o debate pelo fim do bipartidarismo e conseqüente formação de nova agremiação partidária, uma vez que a Arena tinha sua imagem desgastada como o "partido do sim, senhor". No entanto:

> Era consensual que a sigla, um dos capitais políticos mais significativos, deveria mudar para uma nova legenda desprovida de qualquer semelhança com a anterior, porque muitos deputados sabiam que ela estava "estigmatizada como o partido do arbítrio e, por isso, deve desaparecer para que possamos apoiar o governo com outra roupagem, sem essa mácula", como observou um parlamentar. (pg.230)

No sexto e último capítulo, a autora faz uma excelente análise de charges publicadas nos grandes jornais da época e que têm a Arena representada, seja através de uma personificação feminina, seja nos momentos em que se assemelhava ao MDB, ou então na a sua relação com o governo.

Enfim, à guisa de conclusão, o argumento da autora no livro traz uma visão mais complexa da Arena. Durante os anos de sua existência, atuou como partido político organizado em todo o território nacional e seus parlamentares buscaram defender a sua atividade perante o Executivo. Ao mesmo tempo, foi transformado em bode expiatório na tentativa de silenciar o apoio da sociedade civil ao regime de exceção.

---

* **CÁSSIO AUGUSTO SAMOGIN ALMEIDA GUILHERME** é mestrando em História pela UEM-Maringá.